

e) Autorizar o pagamento de custas judiciais resultantes de processos em que a ARSLVT, I. P. é parte;

f) Dirigir a instrução dos procedimentos administrativos no âmbito do respetivo Gabinete, emitindo os despachos necessários ao seu normal desenvolvimento, nomeadamente, solicitar a outros serviços as informações necessárias;

g) Autorizar a acumulação de férias e transição para o ano seguinte, nos termos legais.

10 — Estas competências são conferidas, respetivamente, aos licenciados dirigentes que exercem cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau, Licenciados António Manuel Barata Tavares, Sónia Maria Alves Bastos, Rui Manuel Duarte Vieira, Maria Manuela das Neves Nunes, Ana Cristina Alves Alvarez, Joaquim Manuel Costa Fonseca, Margarida Bentes Oliveira, Nadine Ribeiro Gonçalves e Sónia Alexandra Carvalho Pedrosa.

11 — Das despesas efetuadas pelos dirigentes supra mencionados, no âmbito das competências ora subdelegadas, deverá ser dado conhecimento mensal ao Conselho Diretivo.

12 — A presente subdelegação de competências não prejudica os poderes de avocação sem que de tal fato resulte a derrogação, ainda que parcial, da mesma.

13 — A presente subdelegação de competências não prejudica o exercício, por parte dos dirigentes em causa, das competências próprias previstas na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

14 — A presente subdelegação de competências reporta efeitos à data da designação dos dirigentes supra identificados, ficando por este meio ratificados todos os atos que, no âmbito dos poderes ora subdelegados, tenham sido praticados pelos mesmos.

15 — Com a presente deliberação fica revogada a deliberação n.º 2/2014, de 12 de dezembro de 2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 2, de 3 de janeiro de 2014.

14 de março de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Luís Cunha Ribeiro*.

207700924

Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.

Aviso n.º 4123/2014

Findo o prazo de recrutamento de pessoal médico, com a especialidade de neurologia, que concluiu o respetivo internato médico na 1.ª época de 2013, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 169, de 03 de setembro de 2013, aviso n.º 10883/2013, torna-se público que cessou o procedimento concursal por falta de comparência à entrevista, por parte dos candidatos.

12 de março de 2014. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Paula Alexandra Ângelo Ribeiro Marques*.

207700787

Deliberação (extrato) n.º 819/2014

Por deliberação do Conselho Diretivo, da ARS Alentejo, I. P., proferida em 15/11/2013, foi autorizada a consolidação de forma definitiva, da mobilidade interna na categoria, da técnica de diagnóstico e terapêutica, área de análises clínicas e saúde pública, Maria Teresa Fava-Rica Pimenta de Oliveira, nos termos do artigo 64.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, do mapa de pessoal do ACES do Alentejo Central, para o mapa de pessoal da ARS Alentejo, I. P., com efeitos ao dia 01/03/2014.

28 de fevereiro de 2014. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Paula Alexandra Ângelo Ribeiro Marques*.

207700819

Despacho (extrato) n.º 4432/2014

Por despacho da Diretora Executiva, do ACES do Alentejo Central, proferido em 26/02/2014, foi autorizada a consolidação de forma definitiva, da mobilidade interna na categoria, da enfermeira Paula Cristina Jeremias Curado, ao abrigo do artigo 64.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, do mapa de pessoal do ACES do Alentejo Central/UCSP de Alandroal, para o ACES do Alentejo Central/UCSP do Redondo, com efeitos ao dia 17/03/2014.

5 de março de 2014. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Paula Alexandra Ângelo Ribeiro Marques*.

207700843

Direção-Geral da Saúde

Despacho n.º 4433/2014

Findo o procedimento concursal de seleção para provimento do cargo de Diretor de Serviços de Prevenção da Doença e Promoção da Saúde na Direção-Geral da Saúde, aberto pelo Aviso n.º 1015/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 16, de 23 de janeiro de 2014, e publicado na Bolsa de Emprego Público pelo Código n.º OE201401/0132, de 23 de janeiro de 2014, e após ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, a escolha recaiu na candidata Professora Doutora Andreia Cátia Jorge Silva da Costa, por reunir as condições para o desempenho do cargo a prover, porquanto, demonstrou que detém relevante experiência profissional no âmbito das funções que competem ao cargo, e é detentora da competência técnica e aptidão pretendidas para melhor prosseguir os objetivos daquela Direção de Serviços, como decorre da súmula curricular anexa ao presente despacho.

Assim, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º do Estatuto supra-citado, procedo ao provimento da Professora Doutora Andreia Cátia Jorge Silva da Costa no cargo de Diretor de Serviços de Prevenção da Doença e Promoção da Saúde na Direção-Geral da Saúde, em comissão de serviço, com efeitos a 17 de março de 2014, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, ficando a nomeada autorizada a optar pelo vencimento da sua categoria de origem, nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da lei citada.

17 de março de 2014. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.

Súmula Curricular

Andreia Cátia Jorge Silva da Costa
Nasceu em 5 de agosto de 1978, na freguesia de São Sebastião da Pedreira, em Lisboa.

Formação académica e formação complementar:

Doutoramento em Enfermagem pela Universidade Católica Portuguesa, 2013;

Ciclo de Estudos Especiais em Epidemiologia, 2011;

Curso “Introduction to Intervention Epidemiology” (ECDC), Veyrier-du -Lac, 2009;

Curso “Intersectorial collaboration for detection, surveillance and response to foodborne diseases”, Varsóvia, 2009;

Curso de Formação para Dirigentes Intermédios da Administração Pública (FORGEP), 2008;

Curso “Global Youth Tobacco Survey”, Copenhagen, 2008;

“Training Course of Surveillance entitled Sexually Transmitted Infections”, Londres, 2007;

Curso de Formação Avançada em Enfermagem, Universidade Católica Portuguesa, 2006;

Mestrado em Saúde Pública, na especialização de Política e Administração de Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa, 2004;

Curso de Gestão da Informação e do Conhecimento em Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa, 2003;

Licenciatura em Enfermagem, Escola Superior de Saúde de Portalegre do Instituto Politécnico de Portalegre, 2000.

Experiência Profissional:

Professora adjunta da Escola Superior de Saúde de Portalegre do Instituto Politécnico de Portalegre desde 2009;

Desempenha funções dirigentes enquanto Diretora de Serviços de Prevenção da Doença e Promoção da Saúde, em regime de substituição, desde 01/01/2014;

Desempenhou funções dirigentes enquanto Chefe de Divisão de Monitorização de Programas na Direção -Geral de Saúde, 2012 -2013;

Consultora da Direção -Geral de Saúde no âmbito das Estatísticas de Saúde, desde 2009;

Realizou Erasmus profissional na Universidade do Prado em Itália, 2011;

Integrou no âmbito do Plano de Contingência para a Pandemia o grupo que constituiu o Eixo da Informação, diretamente ligada ao Sistema de Informação Integrado da Gripe, 2009;

Desempenhou funções dirigentes enquanto Chefe de Divisão de Estatísticas de Saúde na Direção -Geral da Saúde, 2007 -2009;

Integrou a equipa que liderou o projeto “Desmaterialização do Certificado de Óbito”, 2007 -2009;

Coordenou o Dispositivo Informativo INFOTABAC, que visou o acompanhamento estatístico e epidemiológico do consumo de tabaco em Portugal, 2007 -2009;

Integra a Comissão Executiva do Chief Nursing Officer desde setembro de 2007;

Realizou Erasmus profissional na Universidade de Ostrava na República Checa, 2007;

Desempenhou funções de docente, enquanto colaboradora externa na disciplina de Epidemiologia no âmbito da licenciatura na Escola Superior de Saúde de Setúbal do Instituto Politécnico de Setúbal, 2004 -2009, na disciplina de Métodos de Pesquisa e Tratamento de Dados na Escola Superior de Saúde do Alcoitão, 2004 -2007 e no âmbito do Mestrado em Saúde Comunitária na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa;

Desempenhou funções de docente, enquanto Assistente do 1.º Triénio na Escola Superior de Saúde de Portalegre do Instituto Politécnico de Portalegre, 2004 -2007;

Exerceu funções de enfermeira generalista no Hospital Ortopédico Sant'Iago do Outão, 2000 -2004;

Representou internacionalmente a DGS em diversos projetos;

Realizou diversas comunicações nacionais e internacionais;

É autora/coautora de diversas publicações nacionais e internacionais. 207700884

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.

Aviso n.º 4124/2014

Procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento, para o preenchimento de um posto de trabalho, com relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, na carreira e categoria de técnico superior na Direção de Gestão de Recursos Técnicos do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA).

Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e do artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e dado não existir reserva de recrutamento constituída no INSA que sirva à ocupação dos postos de trabalho identificados e, se encontrar à presente data, dispensada a consulta a que se refere o artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, torna-se público que, por despacho do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P., Prof. Doutor José Pereira Miguel, de 30 de janeiro de 2014, no âmbito das suas competências, se encontra aberto, pelo período de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente Aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento, para preenchimento de posto de trabalho da categoria e carreira de técnico superior, do mapa de pessoal do INSA, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — Local de Trabalho: Instalações da Sede do INSA, I. P., sitas na Avenida Padre Cruz, 1649-016 Lisboa.

2 — Identificação e caracterização do posto de trabalho: As funções a desempenhar enquadram-se no âmbito da Direção de Gestão de Recursos Técnicos, cujas competências estão previstas no artigo 14.º do Anexo à Portaria n.º 162/2012, de 22 de maio, conjugadas com o artigo 47.º do Regulamento n.º 329/2013, de 28 de agosto, nomeadamente na área de instalações e equipamentos, alíneas a) a v).

3 — Posicionamento remuneratório: De acordo com o artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com a Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2014.

3.1 — Remuneração base de referência: 2.ª posição, nível 15, da tabela remuneratória única.

4 — Requisitos de admissão relativos ao trabalhador:

a) Ser detentor de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida ou encontrar-se em situação de mobilidade especial e possuir os requisitos enunciados no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

b) Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade especial, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do serviço, idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

4.1 — Requisitos preferenciais: experiência profissional comprovada nas áreas de manutenção de edifícios, infraestruturas técnicas e equipamentos.

5 — Nível habilitacional/área de formação: ser detentor do grau académico de licenciatura com preferência na área de formação de engenharia, ou encontrar-se já provido na carreira de técnico superior com formação na mesma área.

6 — Formalização de candidaturas:

Através do preenchimento obrigatório do formulário de candidatura, disponível na página eletrónica do INSA, em www.insa.pt na funcionalidade «Quem somos — instrumentos de gestão — admissão de pessoal».

O candidato deve identificar, inequivocamente, no formulário de candidatura o posto de trabalho pretendido com indicação da carreira, categoria e atividade caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar.

6.1 — Só é admissível a apresentação de candidatura em suporte de papel.

6.2 — A entrega da candidatura poderá ser efetuada:

Pessoalmente no Serviço de Expediente, na morada indicada no n.º 1, com indicação exterior de «Procedimento concursal — Aviso n.º..., de...», no período compreendido entre as 09h30m e as 16h30m; ou,

Através de correio registado e com aviso de receção, até ao termo do prazo fixado, para a morada indicada no n.º 1, situação em que se atenderá à data do respetivo registo, endereçado à Direção de Gestão de Recursos Humanos, do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P., sito na Avenida Padre Cruz, 1649-016 Lisboa, com indicação exterior de «Procedimento concursal — Aviso n.º..., de...»;

6.3 — A candidatura deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

a) Fotocópia legível do certificado de habilitações literárias;

b) Fotocópias dos comprovativos das ações de formação frequentadas e relacionadas com o conteúdo funcional do posto de trabalho, quando existam;

c) Declaração emitida pelo Serviço a que o candidato pertence, devidamente atualizada, da qual conste a modalidade de relação jurídica de emprego público que detém, o tempo de execução das atividades inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas, para efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 11.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro;

d) Declaração de conteúdo funcional emitida pelo Serviço a que o candidato se encontra afeto, devidamente atualizada, da qual conste a atividade que se encontra a exercer, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado;

e) Currículo profissional detalhado;

f) A avaliação de desempenho relativa ao último período, não superior a 3 anos, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 11.º da citada Portaria, quando exista;

g) Declaração emitida pelo Serviço a que o candidato pertence com informação do vencimento auferido à data da candidatura (posição remuneratório, nível remuneratório, remuneração base).

7 — Métodos de seleção:

No presente recrutamento serão aplicados os métodos de seleção obrigatórios, referidos no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e um método facultativo:

Prova de Conhecimentos (PC) ou Avaliação Curricular (AVC), e como método complementar a Entrevista Profissional de Seleção (EPS);

Apenas aos candidatos que reunirem as condições referidas no n.º 2 do artigo 53.º do mesmo diploma legal, ser-lhes-ão aplicados, caso não tenham exercido a opção pelo afastamento dos métodos legalmente previstos, a Avaliação Curricular (AVC), e como método facultativo ou complementar a Entrevista Profissional de Seleção (EPS).

7.1 — A valoração dos métodos anteriormente referidos será convertida numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, de acordo com a especificidade de cada método, através da aplicação das seguintes fórmulas finais:

$$CF = 0,70 PC + 0,30 EPS$$

$$CF = 0,70 AVC + 0,30 EPS$$

em que:

CF = Classificação Final

PC = Prova de conhecimentos

AVC = Avaliação curricular

EPS = Entrevista profissional de seleção.

7.2 — A prova de conhecimentos será escrita, sem consulta, com a duração máxima de 60 minutos, e incidirá sobre os seguintes temas:

a) Lei Orgânica, Estatutos e Regulamento Interno do INSA;

b) Regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas;

c) Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas;

d) A simplificação administrativa;

e) Conhecimentos de cultura geral ao nível do conteúdo funcional do posto.